



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 051

**A “CAIXA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE URAIM”:  
UMA INSTITUIÇÃO DE CAMPONESES NA AMAZÔNIA**

**Manfred Nitsch**

**Belém, Dezembro de 1995**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Marcos Ximenes Ponte

### **Vice-reitor**

Zélia Amador de Deus

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Francisco de Assis Costa

### **Diretor Adjunto**

Tereza Ximenes Ponte

## **Conselho editorial do NAEA**

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marília Emmi

## **Setor de Editoração**

E-mail: [editora\\_anae@ufpa.br](mailto:editora_anae@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_anae@ufpa.br](mailto:Papers_anae@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 051

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# A “CAIXA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE URAIM”: UMA INSTITUIÇÃO DE CAMPONESES NA AMAZÔNIA

---

*Manfred Nitsch*

## **Resumo:**

A partir de uma visita comum na Colônia de Uraim, Município de Paragominas, Pará, em 1987, dentro de uma viagem por Amazônia financiada pela Fundação Volkswagen, os professores Francisco de Assis Costa, do NAEA (então ainda aluno de doutoramento em Berlim), Thomas Hurtienne e eu, do LAI, decidiram elaborar projetos de pesquisa para reconstruir a experiência particular - mas não tão singular - dessa comunidade que, depois de anos de luta pela terra, conseguiu e consolidou um certo nível sócio-econômico, bem superior ao da maioria das comunidades em condições semelhantes. Em Uraim se pratica uma agricultura aparentemente sustentável, numa área anteriormente de floresta natural, mas já largamente desmatada pelos fazendeiros antes do estabelecimento da Colônia.

**Palavras-chave:** Caixa agrícola. Uraim. Camponeses.

## Prólogo

Dentro do Convênio de Cooperação Acadêmica entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) em Belém e a Universidade Livre de Berlim (FUB) existem, desde alguns anos, estreitos laços entre o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA e o Instituto de Estudos Latinoamericanos (LAI) da FUB no campo dos estudos amazônicos (veja Costa 1989, Altvater 1987, Nitsch 1989b e 1992).

A partir de uma visita comum na Colônia de Uraim, Município de Paragominas, Pará, em 1987, dentro de uma viagem por Amazônia financiada pela Fundação Volkswagen, os professores Francisco de Assis Costa, do NAEA (então ainda aluno de doutoramento em Berlim), Thomas Hurtienne e eu, do LAI, decidiram elaborar projetos de pesquisa para reconstruir a experiência particular - mas não tão singular - dessa comunidade que, depois de anos de luta pela terra, conseguiu e consolidou um certo nível sócio-econômico, bem superior ao da maioria das comunidades em condições semelhantes. Em Uraim se pratica uma agricultura aparentemente sustentável, numa área anteriormente de floresta natural, mas já largamente desmatada pelos fazendeiros antes do estabelecimento da Colônia.

Foi assim que coincidiram, no mês de julho de 1990, as pesquisas de campo do projeto de pesquisa dirigido por Francisco de Assis Costa, "Experiências Camponesas para Ruptura de Relações Técnicas e Econômicas Tradicionais na Amazônia", apoiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) com uma Bolsa de Desenvolvimento Científico Regional, e a minha estadia durante meu semestre sabático, para uma pesquisa sobre Uraim dentro de minha viagem de informação sobre a nova política amazônica do Brasil, financiado pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Educação Superior (CAPES) do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a Agência Alemã de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) dentro do Convênio de Cooperação CAPES-DAAD.

Agradecimentos devem ser estendidos a essas instituições e às pessoas dentro delas que fizeram possível o presente trabalho. Similarmente agradeço a todos os outros membros do grupo - Francisco Benedito Barbosa, Maria Elisa da Cruz, Teresa e Beth -, a Tomas Inhetvin que passou 15 dias em Uraim e Paragominas em abril de 1990 para preparar sua tese de diploma em economia no LAI, assim como aos habitantes de Uraim que, com grande paciência, nos explicaram a sua complexa história e os detalhes intrincados da sua Caixa Agrícola. Quero agradecer especialmente à professora Maria das Dores S. Pereira que nos hospedou tão generosa e carinhosamente na escola municipal e comunitária e na sua própria casa, também aos ex-Presidentes da Caixa Antônio Leandro da Silva, José Carlos Pereira, Manoel Edoviges Correia, Raimundo Campos de Araújo e João Batista Noberto, e finalmente ao então Presidente da Caixa Agrícola dos Produtores de Uraim (CAPU) Raimundo Nonato Nogueira.

Em 1993 visitei outra vez o NAEA como professor visitante com apoio do DAAD e da CAPES, e tive a oportunidade de visitar também Uraim, - essa vez acompanhado por Maria Angela D'Incao, professora de sociologia no NAEA que também teve a gentileza de ajudar na redação final do texto presente.

A publicação do texto escrito em 1990 se limitou a um "Diskussionspapier des Lateinamerika-Instituts Berlin" com circulação limitada, de maneira que foi necessário uma reavaliação dos dados e conclusões. Além disso, quando se publica agora em 1993 esse texto, o leitor deve encontrar uma espécie de atualização no "Epílogo à segunda edição".

As falhas, má-compreensão, assim como as deficiências lingüísticas que não puderam ser eliminadas sem que se tivesse perdido o estilo original, devem ser a mim atribuídas.

## **1. Introdução: desenvolvimento rural e análise de instituições**

No processo do desenvolvimento econômico e social as instituições, quer dizer as regras do comportamento social e as organizações mais ou menos estáveis, desempenham um papel altamente significativo na formação social e na dinâmica das relações homem-natureza. Depende muito da forma institucional como uma sociedade, uma comunidade e qualquer outro subsistema social se estrutura nesse processo: se poderá ou não sobreviver como tal, e se poderá ou não defender os interesses das pessoas, assim aglutinadas, contra pressões externas sempre presentes e contra conflitos internos também sempre existentes na vida social.

Muito mais do que em regiões povoadas por muito tempo, é nas localidades da "fronteira" que se formam novas instituições espontâneas que dão certa estrutura a uma sociedade altamente conflitiva, na qual o Estado, muitas vezes, ou brilha pela sua ausência ou intervêm ao lado do mais forte, de maneira que as organizações de ajuda e cooperação mútua dos pequenos produtores devem assumir funções quase governamentais e até de autodefesa contra os pistoleiros privados e os órgãos repressivos do Estado. Além disso, é de altíssimo interesse a resposta dos camponeses e suas instituições aos desafios ecológicos (ver Luhmann 1988) num meio ambiente tão frágil como na Amazônia.

Ao nível da abstração e da história sabe-se que a estrutura institucional não é perene, mas que ela muda no tempo, de maneira que, os analistas tratam de detectar a "estruturalidade da estrutura", isto é as leis ou estruturas que guiam as mudanças das instituições da regulamentação social.

Com referência à metodologia para a análise de instituições competem dois enfoques, - o primeiro, proveniente da economia política clássica, sobretudo a marxista que identifica as instituições típicas dos diferentes modos de produção e da articulação entre eles como entre a produção e a reprodução, que enfatiza as relações de poder e espoliação e a dialética inerente aos processos sociais

como motor da história. O outro enfoque é microeconômico no sentido de que tenta interpretar as instituições sociais como resultado das decisões individuais maximizantes; então, se estende a teoria convencional neoclássica da teoria da firma e do consumidor ao burocrata, ao membro da família, ao juiz, político e gerente de uma cooperativa como até ao criminoso e ao sacerdote. Fazendo uso da teoria matemática de jogos essa escola "invade" da mesma maneira os níveis intermédios das instituições entre o indivíduo e a sociedade global como, de outro lado as teorias "macro" da economia política descendem das suas categorias abrangentes para analisar mais de perto as regulamentações específicas do meio concreto social (veja, quanto à chamada "escola da regulação" ou da "regulamentação", Conceição 1987, Hurtienne 1988 e Vãth 1989).

Nesse texto não entraremos em detalhes teóricos (Nitsch 1989a), será suficiente indicar que se vai considerar ambos os métodos, dado que cada um tem as suas qualificações: a Caixa Agrícola dos Produtores de Uraim (CAPU) é tanto expressão das lutas reivindicativas, das forças produtivas e das relações do poder e domínio, como foco da cristalização dos interesses e de decisões individuais. Não deve prevalecer nem o determinismo histórico ao qual uma análise por demais "superestrutural" tenderia, nem o arbitrarismo e a apologia do "status quo" que são os perigos do enfoque centrado no indivíduo.

Guiado pelo desejo de entender os mecanismos de defesa dos interesses de camponeses na Amazônia brasileira, o trabalho na Colônia de Uraim se desenvolveu de forma participativa; por isso, o presente artigo culmina no relatório da sessão do 20 de julho de 1990, quando os resultados preliminares do trabalho foram apresentados aos membros da Colônia. Se reuniram o Presidente e ex-presidentes da Caixa como também outros líderes da comunidade, com o grupo de pesquisa da UFPa, quer dizer, um total de aproximadamente quinze pessoas, para discutir o passado, os problemas atuais e as perspectivas da Caixa. Elabora-se nas seguintes páginas o resumo da história, a análise dos problemas atuais face à multifuncionalidade da CAPU e, finalmente, as sugestões para um "novo espírito comunitário" apresentadas e discutidas na reunião mencionada.

## **2. História da Colônia de Uraim e da Caixa: da titulação coletiva à diferenciação social**

### **2.1 Fundação: a Caixa como entidade multifuncional**

A história da Colônia de Uraim (Barbosa 1990) começou com a chegada das primeiras famílias, pelo rio, nos anos 1960. Teve uma época violenta, por volta de 1970, devida à luta pela terra com um fazendeiro. Em 1973/74, só ficaram 16-19 famílias, que foram apoiadas pela igreja local, pela MISEREOR, a agência de cooperação internacional da igreja católica na Alemanha Federal e - durante

1974-78 - por uma equipe de técnicos italianos enviados pela Diocese de Piacenza na Itália. São essas famílias que formaram - e ainda hoje formam - o núcleo básico da comunidade.

Nos fins dos anos 1970, a Secretaria de Agricultura (SAGRI) do Estado do Pará ajudou na organização da Colônia, ofereceu ao fazendeiro uma indenização de Cr\$ 3,5 milhões (aprox. US\$ 92.000; v. figura 2), prometeu a regularização fundiária em favor dos colonos e propôs a fundação de uma "Caixa Agrícola" como pessoa jurídica. Segundo os "Ensaio sobre o processo para formação de caixas agrícolas" publicado pela SAGRI em 1980 (Torres/Reis 1980), a idéia era inspirada pelas experiências em comunidades e cooperativas rurais em Israel, de maneira que não surpreende muito que surgira até o plano de uma titulação coletiva em nome da Caixa, da terra conseguida do Estado como resultado das lutas com o fazendeiro.

Não se realizou esse projeto, sendo denunciado como "comunizante" apesar de que as bases ideológicas e conceituais se fundamentaram, por parte de todas as pessoas envolvidas na doutrina social da Igreja Católica com a sua ênfase na "Sociedade Comunitária". Dessa forma ficou claramente estabelecida e compartilhada desde o início, a institucionalização do grupo com uma visão amplamente comunitária.

O documento citado da SAGRI fala de uma Caixa Agrícola como "uma forma associativista que atende um conjunto de atividades econômicas e sociais reclamadas por pequenos produtores... que vivem à margem do processo produtivo" (grifos de MN).

Com essas características foi elaborado também o Estatuto Social da Caixa, aprovado em Assembléia Geral no dia 14 de novembro de 1979 (v. anexo II). Porém, é significativo que até hoje os critérios de admissão dos associados não são claramente definidos. A SAGRI fala de "pequenos produtores" e a Caixa mesma atua sob a designação "Caixa Agrícola dos Produtores de Uraim" (grifo de MN), todavia o seu Estatuto tem o título "Estatuto Social da Caixa Agrícola da Colônia de Uraim" (CACU) e define no artigo 1 a "área da ação para efeito de admissão de associados" como "circunscrita principalmente à Colônia de Uraim, e as demais pertencentes ao Município de Paragominas", e no artigo 4 estipula "Poderão associar-se todos aqueles que concordaram com o presente Estatuto e exercem atividades que interessam a CACU" (grifos de MN).

A ambigüidade do Estatuto neste aspecto reflete um problema fundamental, porque a congruência quase total entre os habitantes da Colônia em 1979 e os associados da Caixa já não existe em 1990, seja porque faleceram ou mudaram muitos associados (tabela 2), seja porque a Colônia, dez anos mais tarde, é habitada também por comerciantes e lavradores sem terra, profissionais com lote agrícola que vivem na cidade de Paragominas, e outras pessoas mais. A decisão sobre quem pode ser associado - o morador ou o produtor, o "novo" morador ou produtor também ou só o grupo restrito dos

fundadores - não é preenchida nem por lei (já que não existe legislação específica sobre as Caixas, segundo Torres/Reis 1980, p. 1), nem por Estatuto.

Similarmente flexível é a definição dos fins da Caixa segundo artigos 2 e 3 do Estatuto: lembra os fins da iniciativa de estabelecer a Colônia como uma comunidade de trabalho coletivo o inciso (a) do artigo 2 "Gerar rendimento ... através da administração e exploração da área da Colônia para fins agropecuários". De outro lado, o inciso (b) indica a influência dos agrônomos na criação da Caixa: "Promover a exploração direta de culturas de alta rentabilidade...", e o inciso (c) lhe define como órgão reivindicativo quando estipula como uma das finalidades: "Atuar junto as instituições oficiais e particulares, pleiteando a obtenção de recursos para aplicação em suas atividades econômicas e sociais."

O artigo 3 abre o caminho para empresas comunitárias: "Explorar direta ou indiretamente atividades industriais e comerciais...", ao que o § 1º precisa o limite que deve inibir a conversão da Caixa em uma empresa capitalista frisando que as operações da Caixa sejam efetuadas "sem qualquer finalidade lucrativa própria".

O "conjunto" de atividades do documento da SAGRI, então se especificou no Estatuto por três funções até hoje distinguíveis, na Caixa:

(1) "Administração ... da área da Colônia": implícito no conceito de uma vila agrária de economia coletiva ou cooperativa (tipo kibutz ou tipo moshav ou moshava em Israel ou brigada ou comuna rural na China), o autogoverno local exerce também a autoridade estadual-oficial, de maneira que as agências do Estado em princípio ficam fora da área controlada pela comunidade. Nas páginas seguintes, a Caixa vai ser abordada como "Quase-Prefeitura" quando exerce essas funções que no Brasil, como nos outros países capitalistas, são geralmente desempenhadas pelo Estado. Na divisão social de trabalho, as sociedades modernas diferenciadas, além disso, não só desenvolveram uma separação bem marcada entre Estado e Sociedade Civil, mas também dentro do aparato estatal entre suas várias funções: primeiro, aglutinar os interesses em decisões políticas sancionáveis e obrigatórias para todos (funções legislativas); segundo, exercer a autoridade pública, p.ex. titulação de terras (funções executivas), e três, prestar serviços públicos, sejam gratuitos ou pagos por tarifas. (As funções judiciárias sempre ficaram fora da comunidade.)

No caso de Uraim, dentro da área de atividades "quase-prefeiturais", os serviços públicos merecem uma atenção especial, em virtude da disposição no Estatuto de "promover a exploração direta de culturas de alta rentabilidade". Em justaposição aos serviços públicos chamados de "reprodução" (p.ex. escola e saúde) que se dirigem aos moradores, a extensão agrícola e outras atividades similares são dirigidas aos produtores. Esse fenômeno não somente revela outra vez o problema de quem pode e deve ser sócio da Caixa, o morador ou o produtor, mas também atinge a

divisão social do trabalho entre homens e mulheres - sendo elas mais estreitamente ligadas à reprodução e à educação dos filhos, e eles mais preocupados com a produção. Dado que em Uraim se trata de uma comunidade de migrantes com poucos conhecimentos "tradicionais" da flora local, no qual a absorção de conhecimentos agrônômicos foi, e é, essencial para a produção, e dado que a mediação entre o produtor por um lado e agências estatais e empresas privadas por outro lado não se confina somente à extensão agrícola, mas é também essencial com bancos e institutos como, por exemplo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Essas funções se distinguem dentro dos serviços públicos visando a Caixa como associação interlocutora que organiza as reuniões e os contatos com as entidades correspondentes.

(2) "Pleiteando a obtenção de recursos": para uma comunidade "à margem do processo produtivo" (nas palavras da SAGRI) e localizada na "fronteira", reivindicar com êxito recursos do Estado é essencial para a sua sobrevivência. Em vista do processo geralmente altamente politizado da alocação de recursos para investimentos públicos no Brasil, se desenvolveu aqui uma estrutura institucional particular para a "arte" da reivindicação, tipificada nas cidades grandes do país pelas organizações dos moradores de bairros populares; por isso, se vai denominar a Caixa, quando pleiteia a obtenção de recursos do Estado uma "Quase-Associação de Bairro".

(3) "Explorar atividades industriais e comerciais": junto com a exploração agropecuária mencionada no artigo 2, o Estatuto permite a promoção de atividades econômicas em todas as áreas de interesse para a Colônia. Unicamente restrita pelo parágrafo proibindo a "finalidade lucrativa própria" que é amplamente interpretável, a Caixa reúne entre as suas funções múltiplas também as de uma "Quase-Empresa". Além disso, potencialmente conglobera toda uma série de empresas com exigências bem divergentes de manejo e conhecimentos técnicos - do rebanho de gado no lote agrícola à comercializadora de pimenta-do-reino, da urbanizadora com respeito aos lotes na vila à casa de "leasing" de maquinaria agrícola e doméstica.

Inicialmente foi pensado, que as funções primordiais da Caixa deveriam ser as empresariais, particularmente a comercialização; se não, não se teria escolhido a palavra "caixa" para o nome da associação, nem estipulado, no artigo 7, entre os deveres dos associados, "entregar toda a produção para a C.A.C.U. que procederá a comercialização".

Desde o seu início a relação e descrição das funções delineadas nos documentos da fundação da Caixa já indicam as dificuldades emergentes inevitavelmente no manejo de uma instituição tão multifuncional, estabelecida e dirigida por um grupo de posseiros com pouca escolarização.

A história dos anos 1980 mostra uma experiência institucional contínua e ininterrupta da Caixa com políticas variadas nas suas distintas fases. Vale a pena entrar em detalhes para detectar os mecanismos e a dinâmica da defesa dos interesses da comunidade e de seus membros em numa época

em que a história brasileira se caracteriza por uma democratização política e ao mesmo tempo por dificuldades econômicas enormes que não deixaram de afeitar também Uraim.

## 2.2 A primeira etapa: consolidação jurídica e econômica

A fundação da Caixa fez parte da luta pela terra dos colonos de Uraim. Mesmo quando não se realizou a idéia de uma titulação coletiva em nome da Caixa como pessoa jurídica, a distribuição interna dos lotes agrícolas entre as famílias ficou dentro da sua competência, quer dizer, dentro das funções da sua Diretoria, e, em primeiro lugar, do Presidente. Além disso, foi decidido reservar um lote agrícola (quase todos tem o tamanho padrão ao redor de 20-25 hectares) para a Caixa como lote comunitário, e adjudicar a terra no centro da vila, o chamado "Patrimônio", também à Caixa. Foi previsto que as famílias com lotes agrícolas longe do povoamento tenham também direito às vantagens infra-estruturais da vila central, quer dizer a um lote "urbano" nesta área para construir sua casa. Em princípio, pois, se abriu uma possibilidade de compensação para as famílias com os lotes agrícolas menos favorecidos. Sob a condição fixada pelo Estado que os lotes deveriam ter o mesmo tamanho em termos de hectares, a distribuição do total de 2.500 hectares com marcadas diferenças naturais (acesso ao Rio Uraim versus "lotes no sêco") e infra-estruturais (acesso à estrada a Paragominas versus terreno periférico) teria sido uma tarefa provavelmente insolúvel dentro da comunidade, não se existisse a "válvula de escape" da compensação via o lote urbano.

Porém, o primeiro Presidente da Caixa, Antônio Leandro da Silva ("Tote"), teve que assumir não somente a responsabilidade para distribuir os lotes agrícolas e os primeiros lotes urbanos, mas também foi forçado a defender o conjunto do "povo que morava na colônia" (citação da entrevista com ele no dia 18 de julho de 1990) contra fortes pressões de pessoas de fora que queriam apropriar-se de lotes agrícolas, oferecendo dinheiro ao Presidente ou até ameaçando-lhe fisicamente. Por fim, foram recolocadas 106 famílias via regularização fundiária oficial na área agrícola da Colônia. Não é de se estranhar que o núcleo das famílias que chegaram primeiro e que resistiram às pressões do fazendeiro no começo da década de 1970, reservaram para si os lotes à margem do Rio Uraim e da estrada, enquanto os lotes urbanos foram delineados ou para ruas e serviços públicos ou para as famílias de segunda linha, em geral parentes dos fundadores, mas não somente. (Possivelmente o censo dentro da pesquisa simultânea dirigido por Francisco de Assis Costa poderia dar mais informação sobre esse assunto.)

Até julho de 1990 não tinha sido titulada oficialmente a terra do "Patrimônio", de maneira que as compras e vendas de lotes e casas se realizam por "benfeitorias" e pelo direito de construir uma casa. Fica assim um campo de ação e de conflitos e brigas internas dentro da Colônia e da Caixa, a questão sobre qual regime governa e qual deveria governar o "Patrimônio".

A consolidação da Colônia e da Caixa durante a primeira Presidência se realizou principalmente por meio da regularização fundiária; porém, ao mesmo tempo os problemas da infraestrutura (estrada) e da compra e venda foram enfrentados. A SAGRI com seu espírito assistencialista colocou à disposição da Caixa um caminhão - sem a responsabilidade do combustível. É interessante observar que inicialmente este caminhão transportou alimentos subsidiados da Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL) de Belém a Paragominas (não ao contrário!) para a venda na Feira dos Produtores em Paragominas em uma "cantina" ou "stand", a preços fixos. Dentro de pouco tempo, com inflação, o lucro magro para a Caixa apenas cobriu os custos. Nesse período, os camponeses de Uraim, com seu bom senso comum, aproveitaram o stand para vender também seus próprios produtos. Como era de expectar desse tipo de "assistência", depois de certo tempo e mudanças políticas na SAGRI "o caminhão não chegou mais", e também, fracassavam assim, os primeiros intentos de comercialização dos produtos de Uraim. Os contatos estabelecidos com a COBAL, porém, foram mantidos e utilizados. Por certo tempo, a COBAL comprou a preços favoráveis, produtos de Uraim e os comercializou até, uma vez, em Fortaleza!

Foi a época, na qual na memória dos dirigentes, existiu uma ampla participação dos associados ("a gente se juntava"), entretanto os livros de presença mostram que o número dos associados presentes nas reuniões (figura 1) não foi tão extremamente maior, em comparação com as reuniões recentes, particularmente, se se toma em conta o fato de que a Caixa perdeu, entre 1981 e 1990, aproximadamente 39 de seus 115 associados por morte ou mudança (tabela 2).

A participação ativa dos associados não se limitou à presença nas reuniões, mas também foi relativa ao trabalho comunitário em obras de infra-estrutura e de serviços públicos, e também no pagamento das contribuições dos associados. Das cotas-parte, fixado em 5.000,00 cruzeiros em 1979, pagáveis em 10 mensalidades de Cr\$ 500,00, as cotas pagas acumuladas em maio de 1981 atingiram um volume de somente Cr\$ 134.000,00. Isto é, cada um dos aproximadamente 100 associados havia pago uma média de Cr\$ 1.340,00 - menos de 3 das 10 mensalidades convencionadas. Parece que as cotas serviram a vários objetivos: de um lado foram vistas como contra-prestação à Caixa pela entrega dos lotes agrícolas e urbanos; isso explica que a soma de Cr\$ 5.000,00, correspondente a aproximadamente 3 salários mínimos em 1979, foi relativamente alta, enquanto que o volume acumulado ficou bem modesto - por causa da inflação e do não-cumprimento das obrigações por parte dos associados (ver a relação entre as cotas pagas acumuladas de US\$ 1.000 a 2.000 e o valor da terra entregue aos associados na figura 2). Além disso, os fundos próprios da Caixa facilitaram a titulação definitiva dos lotes sempre emperrada por travas burocráticas, e ajudaram a reivindicação de recursos do Estado para infra-estrutura, serviços públicos e projetos sociais. De outro lado, a cota foi - e continua sendo - vista como "mensalidade" do "clubes", quer dizer, como veículo sutil de diferenciação entre os moradores da Colônia e entre os mesmos associados. Geralmente, é altamente funcional para

a "cúpula" de qualquer associação, quando a maioria dos associados nunca paga a cota total, pois, assim, tornam-se associados de segunda classe em situações de conflito. No caso da CAPU parece que nunca foi abertamente sancionado - que o não-pagamento total da cota-parte levaria ao não-reconhecimento do direito ao voto, ainda que nas conversas, algumas vezes, surgiu o argumento.

Ao lado das funções quase-governamentais (distribuição de lotes e trabalho comunitário para serviços públicos) e quase-empresariais (compra e venda com apoio de agências estatais), o relatório de "Tote", de 1981, menciona também o "treinamento" e o "encontro dos lavradores" com os extensionistas. É que foi nessa época que foram introduzidos produtos como a pimenta-do-reino, a laranja e a seringueira, produtos esses que precisavam de assistência técnica agrônômica. A SAGRI prestou essa assistência sem cobrar custos, o que enfatiza outra vez a importância que teria o vínculo estreito e contínuo entre a Colônia e a SAGRI personificado pelo "Doutor Barbosa" como é respeitosamente chamado em Uraim o agrônomo, Benedito Francisco Barbosa, funcionário colocado à disposição na presente pesquisa. Foi conveniente também à SAGRI ter um parceiro "organizado", quer dizer, a Caixa como um "interlocutor" estabelecido na Colônia e como instituição formal com pessoa jurídica, para assegurar certos efeitos, certa continuidade e, antes de tudo, certa representatividade do seu trabalho de extensão agrícola, uma vez que Uraim passou a ser um caso de exceção, de vitrina que nunca representou a típica colônia de posseiros - em geral bastante, se não totalmente, abandonada e "à margem" do interesse estadual.

Finalmente, o Presidente "Tote" também teve êxito nas suas reivindicações com outras agências estatais (Projeto Rondon, COPAGRO, etc.), de maneira que, incluindo a maquinaria possivelmente adquirida com recursos próprios da Caixa, no dia 22 de agosto de 1981 (segundo Ata nº 9), pôde entregar a seguinte relação de maquinaria ao novo presidente: 1 TV (doado pelo Projeto Rondon), 2 motores para casa de farinha de 3/5 HP, 2 moto-bombas com 100 metros mangueiras, 1 moto-serra (doadá pela Paroquia), 2 máquinas de fazer tijolos e telhas de cimento, 1 motor gerador de luz 50 KV, 1 trator CBT de 96 HP (COPAGRO) e 1 arado de tração animal.

A primeira presidência da Caixa, então, terminou com a saída prematura de "Tote", não por causa de inoperância ou ineficiência nas funções interlocutivas e reivindicativas nem de ineficiências empresariais, mas por causa dos conflitos surgidos ao redor dos títulos, quer dizer do desempenho das funções quase-governamentais, e dentro delas daquelas que requeriam maior necessidade de autoridade e poder.

### 2.3 Interlúdio: comercialização frustrada

Depois da demissão de "Tote", a presidência foi assumida por José Carlos Pereira ("Carlinho") para o resto do período, e se candidatou também, com êxito, para o segundo período 1982/83 (tabela

1). Pontua-se a gestão do Presidente "Carlinho" como da comercialização, uma vez que a ênfase principal das atividades da Caixa foi nessa função.

Já foi descrito, que a SAGRI apoiou substancialmente os primeiros passos e prosseguiu apoiando depois da mudança do Governo Estadual em 1982/83, porém, muito mas esporadicamente. Foi nessa época, que terminou a oferta do caminhão e que também a COBAL cessou a compra dos produtos da Colônia de Uraim. Os intentos de comercializar por conta própria, sem assistência do Estado, fracassaram. A contabilidade fragmentária desse período se deve ao fato de que os colonos e a sua Diretoria foram sobrecarregados com tarefas além das suas capacidades, mas também o contador de Belém, contratado pela SAGRI, se mostrou incapaz de estabelecer o mais simples balanço patrimonial e escrita de lucros e perdas.

Em 1983/84 de acordo com a contabilidade cessou praticamente toda a atividade "empresarial" da Caixa, no que se refere à compra e venda de produtos. A frase freqüentemente ouvida nas entrevistas: "A gente comprou, mas não pagou", indica, além disso, que existe uma alta probabilidade de que um maior número de colonos ficou moroso com a Caixa, a qual, por sua vez também se descapitalizou. Porém, as perdas e os prejuízos ficaram limitados à parte monetarizada da Caixa. No mesmo período os ativos reais aumentaram substancialmente: o lote agrícola da Caixa foi oficialmente titulado, e, em 1984, inaugurou-se a sede, quer dizer a casa no lote agrícola, construída com assistência da Prefeitura de Paragominas e com trabalho comunitário. Por volta de 1981/82, se obteve da SAGRI um rebanho de aproximadamente 20 cabeças, o que corresponde mais ou menos à capacidade do lote agrícola.

É interessante observar que esse lote com sede e rebanho, sob cuidado de um morador com sua família, nunca se converteu em "empresa", - nem em empresa "comunitária" no sentido do trabalho comum e de benefícios repartidos ou coletivos, nem em empresa "quase-privada", no sentido de que tivesse havido um tipo de "arrendamento" em benefício da Caixa. Tampouco alcançou o objetivo propagado pelos agrônomos da SAGRI, de chegar a ser um tipo de "serviço público", com mudas para a introdução de culturas perenes e com cria de gado. Desde o início, o lote e o rebanho se constituíram primordialmente uma "caixa de poupança", que, surpreendentemente, nunca foi empenhada, de maneira que os ativos fixos da Caixa conservaram ou até aumentaram o seu valor real no mesmo período em que se descapitalizou no que se refere às suas atividades monetárias comerciais.

Certamente deve-se chamar de sabedoria camponesa o fato de os ativos fixos da Caixa não terem sido postos a serviço das suas funções "quase-empresariais", nem ativamente gerenciados com espírito de um "serviço público". Nunca os frutos desse pequeno lote teriam podido criar um superávit com benefício para todos os moradores, produtores ou associados, e a apropriação por alguns, teria criado polêmicas e tensões. Até o manejo mais "empresarial" por parte do morador e um "standard" de

vida mais elevado dele e da sua família teria certamente provocado a acusação de enriquecer-se a custo da Caixa. Visto sob esse ângulo micro-econômico de incentivos ao comportamento individual, a "estratégia" espontaneamente escolhida de manutenção sem acumulação e sem risco ("caixa de poupança") se mostra altamente racional para todos. O mesmo argumento é viável para a explicação do fato, também surpreendente à primeira vista, de que várias peças de maquinaria agrícola são guardadas no armazém comunitário sem serem usadas nem vendidas.

## 2.4 Estratégia de recuperação: serviços públicos

Uma vez regularizados e titulados os lotes individuais agrícolas, fracassados os intentos de comercialização conjunta, esgotados os esforços de converter em empresa comunitária o lote agrícola da Caixa, tornam-se super-morosos os pagamentos das cotas e crescem as dívidas para com a Caixa por parte dos associados. A Caixa caiu numa fase de desinteresse, na qual Manoel Edoviges Correia ("Duquinho") assume a Presidência para o biênio 1984/85 (veja a figura 1 com a frequência de reuniões e a presença de associados). Ao mesmo tempo mostram-se os primeiros frutos econômicos diferenciados das economias familiares individuais, principalmente dos pioneiros com espírito e capacidades empresariais, enquanto os menos favorecidos vendem o lote e se mudam ou ficam como os "sem-terras" na Colônia; outros chegam de fora, compram lotes agrícolas e "urbanos" ou trabalham no lote de outros colonos ou nas fazendas vizinhas.

O "equilíbrio" entre as atividades diretamente produtivas, a infra-estrutura e os serviços públicos muda no sentido em que chega a ser patente e óbvio a escassez e precariedade dos serviços públicos na Colônia. A atividade do novo Presidente se dirigiu então primordialmente nesse campo: dentro do Patrimônio regularizavam-se as ruas e a área para cemitério, e na área rural construíam-se estradas vicinais, com a ajuda da Prefeitura de Paragominas. É nesse período que o Banco do Brasil inicia um programa de apoio a comunidades urbanas e rurais por meio de seu Fundo de Desenvolvimento da Comunidade (FUNDEC). No processo da democratização brasileira surgiram tantos movimentos sociais e comunidades de base de todas as classes, que o Governo Nacional não quis perder o controle da situação, nem mostrar-se sem resposta às reivindicações. Então coincidiram o interesse da Caixa e sua Diretoria com o da Colônia em obras de infra-estrutura e serviços públicos em Uraim e o interesse do Banco do Brasil em encontrar uma comunidade que pudesse absorver rapidamente de uma forma organizada e apresentável volumes consideráveis de recursos financeiros. Formalmente um crédito, a linha do FUNDEC foi praticamente um presente, porque era tão altamente subsidiada que em termos reais a soma de NCZ\$ 320.000 com condições de 20 anos de prazo, 3% p.a. juros nominais fixos e 3 anos de graça. Por isso os NCZ\$ 320.000, convertidos com taxa de câmbio oficial em US\$ 29.000 de 1980, são apresentados como presentes na figura 2. Porém, sempre fica um

resto de juros e amortizações a pagar, e já que os serviços públicos como escola, armazém comunitário, posto de saúde, etc. não geraram renda monetária nenhuma, e que nem a Caixa dispõe de outras fontes de renda, já se fala da necessidade de que a Prefeitura de Paragominas deve encontrar um "jeito" para pagar. Até agora só a Igreja Católica e o Clube de Mães pagam devidamente as suas cotas.

Os seguintes projetos foram financiados pelo FUNDEC: Ampliação da rede elétrica, da escola, do posto de saúde e da Igreja, apoio ao Clube de Mães (5 máquinas de costura industriais), fábrica de farinha, apicultura, aquisição de equipamento de tração animal e depósito comunitário (Barbosa 1990, cifra 8). Deve ser lembrado que a fábrica da farinha ainda não tenha sido construída em abril de 1993, porque a rede elétrica não suporta a voltagem das máquinas, que foram adquiridas e que se encontram armazenadas no depósito comunitário. Com a "energia direta", quer dizer a eletrificação por linha com Paragominas, a ser financiada pela Prefeitura ou outra agência do Estado (eleições em novembro de 1990!), o Banco do Brasil vai provavelmente insistir no estabelecimento dessa fábrica, cujo manejo, porém, ainda não fica claramente definido e - em vista das reflexões feitas antes sobre o lote agrícola - não oferece maiores perspectivas.

Depois da execução das obras que já se realizou no período do próximo Presidente Raimundo Nonato Nogueira ("Bolinho") 1986/87, a Caixa ficou outra vez um pouco "tranqüilizada".

## 2.5 Crise da multifuncionalidade: a Caixa entre profissionalização, representação democrática e transformação em "clube"

As Presidências de "Duquinho" e "Bolinho" foram marcadas pela reivindicação com êxito de recursos do Estado e pela instalação, ampliação e posta em marcha, dos serviços públicos. Ao lado disso, algumas vezes surgiram novos esforços na área de comercialização. Porém, em virtude do FUNDEC não ter financiado veículos de transporte, ficou fora de discussão a aplicação desses recursos para fins comerciais.

Quando a Presidência de 1988/89 foi assumida por Raimundo Campus de Araújo ("Mundico"), a Caixa havia logrado grandes êxitos nos campos de titulação de terras e reivindicação de recursos para serviços públicos, enquanto a lição na área de comercialização era negativa e desestimulante, - apesar do grande interesse contínuo e até crescente dos produtores maiores da Colônia de comercializar a pimenta-do-reino diretamente, - sem "marreteiros", como alguns colonos habitualmente chamam aos atacadistas e comerciantes. Daí se explica uma certa pressão sobre o presidente de converter a Caixa em uma comercializadora, porém, todos tem aprendido que a comercialização é uma "coisa séria" ("Tote") que não pode ser feita de modo amador, mas deve ser executada com alto grau de profissionalismo e com recursos próprios consideráveis.

Ao lado da comercialização, o lote agrícola e o rebanho apresentam um problema permanente, já que precisam periodicamente da recuperação do pasto, da reparação das cercas, da vacinação do gado, etc., sem produzir renda e benefícios além da sobrevivência simples do morador e sua família. É facilmente entendível que os associados têm pouca motivação de participar num "trabalho comunitário" sem maiores benefícios, de maneira que foram precisos grandes esforços por parte de "Mundico" para consolidar o lote agrícola comunitário - pelo menos como "caixa de poupança" cujo valor não descapitalize. A razão implícita dessa "estratégia" já foi explicada anteriormente; deve-se acrescentar, porém, que a discussão sobre o gado, o pasto e as cercas constitui um tópico relativamente inofensivo e inocente à qual cada camponês pode contribuir competentemente e que cria uma certa urgência contínua de decisões; é muito provável que sem lote agrícola, a Caixa tivesse conflitos internos mais agudos e sessões menos regulares da sua Diretoria e da sua Assembléia de associados.

Outra tarefa pouco atrativa - e muito mais conflitiva - à qual "Mundico" se dedicou, foi uma certa revisão e consolidação do loteamento no Patrimônio. Com interesses já estabelecidos, e - por causa da falta do título oficial - sem poder de sanção nem como proprietário de direito privado, nem como verdadeira "Prefeitura" legal, o problema dos lotes urbanos e do planejamento territorial no Patrimônio começou a converter-se em um objeto de briga que ameaça a existência mesma da Caixa, se não, até da Colônia. Finalmente não se deve esquecer que Uraim está localizado numa região com conflitos de terra que ainda são violentos, com "grilagens" e invasões, reinando a "lei da selva". Nesse sentido, o fato de que o Patrimônio ainda não é titulado, representa um risco sério.

A tomada e implementação de decisões nesse campo, então, é ao mesmo tempo conflitivo e urgente, dado que sem decisões coletivas obrigatórias e sancionáveis cada um tende a agir individualmente - com forte incentivo de invadir terrenos reservados para uso comunitário ou lotes urbanos privados, quer dizer sem casa habitada. Até a apropriação de pedaços de terra ou mesmo do total do Patrimônio da Caixa por poderosos de fora não pode ser excluída. (Veja o aumento considerável do valor da terra na Colônia representado na figura 2 - em base de estimativas atuais de várias pessoas em Uraim que dão um valor de aproximadamente Cr\$ 1,5 milhões ao lote agrícola da Caixa e de aproximadamente Cr\$ 4,5 milhões ou 46.000 US\$ de 1980 ao total dos lotes "urbanos", quer dizer três vezes o valor do mesmo tamanho de 20 hectares.)

No final da Presidência de "Mundico" ficou evidente que a Colônia de Uraim precisava de uma liderança forte e amplamente legitimada, se quisesse resolver esses problemas graves internamente. Se apresentaram duas opções, e ambas foram ventiladas: revigorar a Diretoria e Presidência da Caixa por dentro do mesmo grupo que havia guiado o destino da Colônia desde os inícios, ou ampliar a base para os "novos" moradores. Seguindo a linha da segunda opção foi até sugerido entregar a Presidência ao "Paraíba", dono de quatro lotes agrícolas e do bar da "praia", onde a estrada cruza o rio Uraim. Contra essas sugestões, de resto apoiadas pelo "Doutor Barbosa", os

dirigentes locais decidiram pela primeira opção, e se elegeu como presidente para 1990/91 Antônio Jorge Lira, filho de um dos fundadores da Colônia. Porém, por causa de perspectivas de trabalho em Manaus, ele teve que viajar não sendo empossado, de maneira que o seu Vice João Batista Noberto assumiu a Presidência no dia 7 de janeiro de 1990. Recém casado com a irmã de "Tote", viúva há poucos anos, ele mesmo nem pertencia ao grupo dos pioneiros nem personificava os "novos", de maneira que ficou numa posição precária. Homem jovem e enérgico, parece que ele adotou um estilo diferente de liderança que chocou com o modo marcadamente ponderado, prudente e sutil dos presidentes anteriores. Além disso, ele tocou imediatamente no ponto mais altamente conflitivo, quer dizer a alocação dos lotes urbanos, quando sugeriu que qualquer dono de um lote perde o direito à venda, se não construir casa dentro de 90 dias. Colecionou até assinaturas de associados para esse plano (nas páginas 100 do livro de Ata das Reuniões que começou no dia 25 de junho de 1980) que evidentemente tocou o interesse dos donos de lotes urbanos "de engorda" (nossa denominação), quer dizer de especulação, sem casa própria da família do dono.

O Presidente Batista atacou também outros problemas "quase prefeiturais":

- na rota da nova rua estão localizadas três casas com famílias pobres; nem elas mesmas nem a Caixa tem os meios necessários para realocar as casas;

- a "urbanização" do presente campo de futebol é controvertido, uma vez construído o novo;

- a administração da maquinaria em propriedade da Caixa não sempre escapa da tendência à privatização, o que não surpreende dado que é geralmente sub-utilizada ou até completamente parada.

A crítica contra ele, então, se cristalizou na frase: "Se comportou como Prefeito." Finalmente, Batista saiu, e "Bolinho" assumiu outra vez a Presidência no dia 9 de junho de 1990 restabelecendo o domínio do grupo fundador. O argumento formal contra Batista foi que não era associado e por isso não elegível para a Presidência. Surgiu, então, o problema da definição do "associado" e da forma como se chega a ser sócio - por família ou como indivíduo, a viúva(o) sendo, por convenção, considerada automaticamente como associada(o), e os maridos e esposas também. No fundo, se tratou da decisão de abrir ou não abrir a Caixa para os "novos" moradores, às vezes percebidos como "aventureiros" que não se responsabilizam pelos assuntos da Colônia.

No momento em que a Caixa de Uraim chegou a uma crise na qual nem as funções quase-governamentais nem as empresariais ou reivindicativas parecem muito alentadoras e se apresenta o perigo de que a Caixa degenere num "clube" nostálgico dos velhos pioneiros, apresentou-se um novo desafio de fora: o Tesoureiro em 1984/85 e o Secretário da Caixa, nos anos de 88/89 e 90/91, ativista no Sindicato de Trabalhadores Rurais, com certas ambições políticas José Maria Oliveira ("Zé Maria") começa uma campanha de criação de novas caixas nas colônias similares a Uraim, mas muito mais abandonadas, no Município de Paragominas. Como funcionário da Prefeitura e com apoio do Prefeito

tem todos os meios oficiais à sua disposição, de maneira que ele encontra uma boa resposta por parte dos colonos. De repente a Caixa de Uraim se converte em "Caixa Mãe" para as Caixas nas colônias vizinhas (Nazaré, Rodovia Pa 70, Gleba 22 e Água Azul/Rio Itinga). O "Doutor Barbosa" também participa nessa campanha, e a propaganda feita por ele e "Zé Maria" dá importantes indicações com respeito à complexidade da instituição "Caixa Agrícola" em geral e às opções abertas para a Caixa de Uraim em particular na situação difícil atual, circunscrita por "Zé Maria" como de uma "criança sambuda".

O argumento principal com o qual se "vende" a idéia de uma "Caixa Agrícola" nas outras colônias é que a Caixa de Uraim "conseguiu muitas coisas" ("Carlinho"), quer dizer que reivindicou com êxito recursos do Estado, oferecendo-se ao mesmo tempo como entidade jurídica estável com capacidade de absorção de qualquer recurso e como administradora quase prefetural dos meios obtidos pelas reivindicações. É essencial, então, a combinação das funções reivindicativas e administrativo-quase-governamentais. Para a Prefeitura Municipal é uma forma de racionalização da administração pública municipal sem precisar estabelecer prefeituras distritais com aparato burocrático custoso, na medida em que se pode contar com uma instituição local correspondente e igualmente multifuncional como a Prefeitura. Também vem a ser politicamente atrativo criar instituições locais, de maneira que os candidatos nos vários níveis possam contar com certa continuidade e capacidade de "memória" local - o que facilita a campanha política.

Menos evidente, porém, são as causas, pelas quais os propagandistas põem tanta ênfase, como de fato fazem, no lote agrícola comunitário das novas Caixas. A experiência de Uraim não mostra, a primeira vista, nada de atrativo nisso: sem venda contínua, sem uso para obtenção de crédito, e com certo grau de esforço não tão desprezível em trabalho comunitário para defender o valor real contra a depreciação. O lote agrícola comunitário têm até certa desvantagem como "caixa de poupança", já que um possível destinatário de uma reivindicação sempre poderia dizer que o presidente pode "matar boi" para financiar uma despesa determinada, em vez de solicitar dinheiro da Prefeitura, da SAGRI, da assistência técnica internacional, etc.

Num segundo momento, todavia, e nas discussões mais aprofundadas se apresentam funções escondidas, mas fundamentais, do lote agrícola. Algumas dessas já foram explicadas anteriormente. Em resumo, o lote agrícola desempenha a função de uma "âncora" (nossa denominação) em tempos de tempestade. Como a existência e permanência de muitos matrimônios depende da casa própria em comum que ambos não querem perder, o patrimônio agrícola (e urbano - no caso de Uraim) serve como incentivo de permanência, comunicação e perpetuidade, - e seja como "clube", enquanto qualquer conflito interno sério põe uma pessoa jurídica sem patrimônio próprio em perigo fundamental de existência.

A experiência em outros países mostra que existe esse perigo também com patrimônio próprio, sempre quando desaparece a responsabilidade comunitária e a "missão" externa: Uma vez degenerado em "grupinho" sem legitimidade externa e com brigas internas, existe até um forte incentivo microeconômico de sobre-endividar esse tipo de entidade jurídica, até alguns sócios, geralmente diretores e gerentes, deixam paralisar, agonizar e finalmente falir a cooperativa ou associação em questão, e ninguém derrama muitas lágrimas por isso. Ao final, tem-se "apenas" mais um "fracasso" no esforço coletivo de sair do "subdesenvolvimento" e outra reafirmação das estruturas vigentes, marcadas pelo individualismo dos pequenos produtores e quando muito a politização *ad hoc*, espúria e manipulativa para a reivindicação de recursos do Estado durante campanhas eleitorais.

### **3. Um "Novo Espírito Comunitário": sinopse do passado e sugestões para a Caixa e a Colônia**

A história da Caixa foi claramente cíclica com a titulação no início e com os projetos do FUNDEC de 1986 como "altas" e os anos 1984/85 e 1988/90 como "baixas".

A figura 1 com os números de presença nas reuniões da Assembléia da Caixa 1981-90 (os livros de presença dos primeiros anos não estão lamentavelmente disponíveis) reflete esse ciclo e além disso mostra um certo declínio lento mas óbvio no número dos participantes. Em vista do crescimento demográfico da Colônia (não existem números exatos) está baixando então o grau de representatividade da Caixa e a sua legitimidade de falar e agir em nome da Colônia. Entretanto a diminuição não é tão drástica que nos coloque diante de um caso perdido.

Como vimos antes, existe um interesse geral numa representação estável, ágil e potente da Colônia, de maneira que uma primeira sugestão geral seria a abertura da Caixa para os "novos" moradores. O objetivo é o seu fortalecimento como órgão democrático de "Quase-Prefeitura" e de "Quase-Associação de Bairro". No que se refere à definição do "associado", se recomenda aceitar o fato de que a família tem perdido muito de sua coesão, desde a época do assentamento da Colônia, devido a motivos que incluem outras alternativas de emprego, novos contatos sociais e de lazer etc., de maneira que deve ser o indivíduo que se associa e já não mais a família. Além disso, o processo da democratização no país e o fato de que as mulheres e os jovens da Colônia são particularmente atingidos por qualquer obra infra-estrutural e de serviço público em Uraim, requerem uma participação plena e com direito próprio deles e delas.

A história cíclica da Caixa se manifesta não somente na participação em reuniões, mas também e principalmente, na sua capacidade de dispor de certos valores econômicos. Na figura 2, são graficamente representadas certas estimativas que devem dar uma idéia geral. Estima-se que o valor total da terra de Uraim correspondeu ao total de 3,5 milhões de cruzeiros de 1979 (valor que o Estado

ofereceu ao fazendeiro), o que equivale a US\$ 92.000 de 1980; dessa soma, 2% é calculado para o seu lote agrícola (por ser bem localizado) e o dobro pelo "Patrimônio" na Vila, de maneira que o valor de aproximadamente Cr\$ 100.000 de 1979 ou US\$ 6.000 deve ser atribuído diretamente à Caixa. Para 1981 se marca a soma acumulada das cotas-parte para indicar o valor monetário modesto sobre o qual a Caixa dispunha nessa época. A próxima grande injeção de recursos vem com o crédito do FUNDEC de Cr\$ 320.000,00 correntes (ou US\$ 29.000 de 1980), em 1986, que não foi repassado em dinheiro, mas sim em espécie: em maquinaria, materiais de construção etc., nos anos 1986-89. Todos esses investimentos, com o trabalho comunitário nas obras e com os investimentos particulares das famílias nos lotes e casas tem aumentado substancialmente o valor da terra em Uraim, chegando a aproximadamente Cr\$ 1,5 a 2 milhões (US\$ 16.000 de 1980) para o lote agrícola da Caixa e a pelo menos Cr\$ 4,5 milhões (US\$ 46.000 de 1980) para o total dos lotes "urbanos". Conectando o valor de 1979 com 1990 de forma geométrica (16% anual para o lote agrícola e 27% anual para o "Patrimônio"), tem-se uma certa indicação do progresso econômico da Colônia e da Caixa. Ao mesmo tempo, somando o valor mais ou menos constante do rebanho de gado, tem-se também uma idéia do valor econômico do patrimônio total da Caixa.

Como já foi dito antes, em outros países e sob outras condições são documentados casos nos quais cooperativas ou outras formas de associação se converteram em clubes fechados para defender o controle quase privado sobre o patrimônio comum adquirido por reivindicações coletivas ou por trabalho comunitário. Como próximo passo, o processo vai até individualizarem os ativos diretamente ou via endividamento da pessoa jurídica em benefício privado de uns poucos líderes. Uma fase de paralisia, antes da subdivisão é, nesses casos, altamente funcional, já que o tempo trabalha em favor dessa "solução". Quanto maior o patrimônio e menor o grupo, tanto maior o risco de escorregar nessa direção.

A "síndrome da assistência técnica e financeira internacional" (Erler 1985, Nitsch 1986) consiste muitas vezes nesse mecanismo. O que não se restringe, entretanto, de maneira nenhuma aos recursos internacionais, se estendendo também, igualmente, para transferências governamentais internas. Sem entrar em detalhes, aqui, sobre as lições a ensinar às agências de assistência (veja Krahen/Nitsch 1987), pretende-se apenas dizer à Caixa e sua Diretoria e aos moradores de Uraim e seus conselheiros, que existe um perigo nessa direção. Mas não é o caso de se assumir necessariamente uma posição fatalista. O problema, uma vez abertamente discutido e refletido, pode vir e ser facilmente manejável, se os mesmos líderes entenderem que não somente a comunidade, senão eles próprios e suas famílias tem muito mais a ganhar em termos materiais (infra-estrutura e serviços públicos) e sociais (prestígio, satisfação e reconhecimento social), se preservam e fortalecem a Caixa em vez de deixa-la degenerar em "clube" com alta probabilidade de conflitos internos quando perde o seu prestígio de liderança comunitária. A perda dessa função seria inevitável, já que todo o

mundo sabe que a "propriedade" da Caixa dos lotes "urbanos" não é, e nunca foi, concebido como propriedade "privada" de um clube fechado, mas sempre visto como um fideicomisso em favor da comunidade e das famílias que residem em Uraim. Quanto tempo mais se prolongar a regularização definitiva, pelo menos dos lotes indiscutivelmente privados familiares, com casa e sem disputa nenhuma, mais agudos serão os conflitos dentro da Caixa e da Colônia no que se refere aos direitos sempre mais valorizados à terra "urbana". Ainda é tempo para decidir, de forma consensual, o assunto; pelo menos é isso a impressão, que se têm falando com os habitantes da Colônia.

São importantes as discussões abertas para decidir sobre as futuras opções da Caixa, particularmente sobre as condições de admissão de novos associados. Primeiro, recomenda-se a anistia (por lapso de tempo) de todas as cotas-partes ainda não pagas; em segundo lugar, se recomenda uma cota-entrada mais simbólica que monetariamente importante, porque - diferentemente da situação de 1979/81 - a Caixa não pode oferecer um lote agrícola ou outra coisa atrativa aos seus associados. Seria talvez possível compensar trabalho e cota-entrada quando se realizarem os próximos trabalhos comunitários, por exemplo na construção da fábrica de farinha ou da sede do Clube de Mães. Não se recomenda nesse momento, a introdução de "mensalidades", dado que a Caixa não tem gastos correntes e não recomenda-se tampouco o estabelecimento de uma burocracia da Caixa que geraria a necessidade de gastos correntes no próximo futuro. A experiência da Caixa com uma Presidência e uma Diretoria sem gastos e honorários mostra mais efeitos positivos de que negativos, - o que não quer dizer que não se deveria restabelecer uma contabilidade séria, com assistência de um contador em Paragominas que devesse assessorar aos presidentes e tesoureiros da Caixa de uma forma contínua.

Advoga-se aqui também uma cota-parte simbólica, modesta e possível para todos, para evitar a impressão de que se compra a entrada em um "clube" exclusivo de direito privado, uma propriedade particular. Para liderar com vigor a Colônia, para reivindicar com êxito novos investimentos e projetos públicos em Uraim e - finalmente - para não perder a imagem de "Caixa Mãe" na atual campanha no Município e além dele, nada seria pior de que a degeneração da CAPU em um clube agonizante.

Na sua história, desde 1979 a Caixa mudou várias vezes a ênfase no desempenho de suas funções, de um lado como reação a seus próprios êxitos (titulações agrícolas) e fracassos (compra e venda), de outro lado como reflexo das ofertas dos organismos de assistência (SAGRI, Prefeitura, FUNDEC, Projeto Canadá, etc.). Foi essa flexibilidade que garantiu a sobrevivência da Caixa e tornou possível a aquisição de importantes recursos de fora para a Colônia. Por isso, a preservação da multifuncionalidade é essencial, embora a experiência dos últimos anos demonstra claros sinais de crise exatamente por causa da multiplicidade de funções. O futuro curso da Caixa precisa de uma resposta estratégica, e essas recomendações são dirigidas a essa finalidade.

A figura 3 resume as funções da Caixa numa sinopse indicando os problemas principais vinculados às funções respectivas e articulando os perigos e conflitos como também as estratégias recomendadas. Referente ao problema da multifuncionalidade são de interesse particular a complementariedade e o conflito entre as funções. Já foi elaborada a conclusão de que, em princípio, as funções são mutuamente complementares dentro do "conjunto" das atividades na Colônia. Porém, a história mostra que algumas funções se desenvolveram de modo a bloquearem-se mutuamente. O exemplo mais grave é o dilema da Caixa em apresentar-se ora como "pobre", com baixos recursos próprios, quando reivindica recursos externos, e ora como "rica", com alta potência econômica, quando entra no mercado como comercializadora. O dilema não têm solução dentro da mesma instituição numa sociedade com alto grau de diferenciação social, divisão de trabalho e monetarização. Por isso, se recomenda a separação institucional da comercialização como "coisa séria", quer dizer que requer profissionalismo e alto potencial econômico. A Caixa poderá cumprir uma função catalisadora nesse processo iniciando um grupo por exemplo entre os maiores produtores de pimenta-do-reino, para formarem um círculo de informação mútua, uma associação própria ou cooperativa, possivelmente junto com produtores medianos em outras colônias vizinhas, ou em colaboração com as cooperativas de produtores já existentes em outros lugares.

O princípio de formar instituições especializadas para encarregar-se de funções que, no processo do desenvolvimento social, se tornam independentes da Caixa-Comunidade, é aplicável também às outras esferas. Os clubes de futebol já se emanciparam, as igrejas sempre tiveram a sua identidade e institucionalização própria, um dia também o Sindicato poderá ter um grupo na Colônia, como os diferentes partidos políticos.

O esquema correspondente a esta estratégia que de fato os colonos já estão seguindo não só na Colônia de Uraim, mas também no Município de Paragominas e além dele, segue as linhas demonstradas na figura 4. As Caixas desempenham funções locais indispensáveis, e sua força reside na sua multifuncionalidade e abrangência. A nível municipal têm contato com todas as entidades relevantes, como a Prefeitura, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a Comissão Pastoral da Terra e outras. Poderiam também formar uma Federação das Caixas do Município, quando lhes parecer oportuno. Porém, sempre quando uma função específica chega a ser predominante, tem que examinar-se, se cabe ou não, ainda, no quadro limitado de uma Caixa Agrícola. Dada a estrutura altamente diversificada e estratificada da sociedade brasileira não resta dúvida que a diferenciação sócio-econômica dentro das Colônias precisa de uma resposta institucional adequada, quer dizer, de uma diferenciação também das instituições entre as associações multifuncionais como as Caixas e as associações especializadas, viáveis uma vez passado o estágio de produtor "à margem do processo produtivo" que era a descrição da posição inicial na concepção da SAGRI para as Caixas.

Os produtores médios enfrentam a alternativa ou de converter a Caixa em uma quase-cooperativa, arriscando assim o "tesouro" comunitário (a "âncora") tanto no sentido econômico como social, ou de formar uma associação ou cooperativa própria, o que é recomendado aqui. Lembre-se ainda que se está falando sempre dos pequenos produtores, não dos grandes fazendeiros, o que é importante para não perder de vista que a Caixa Agrícola não agrupa e não deve agrupar indiscriminadamente a "todos" em uma localidade, mas sempre deve permanecer uma instituição em defesa dos interesses dos pequenos lavradores. A mesma recomendação se refere a uma cooperativa, sociedade de responsabilidade limitada ou associação para o aluguel de maquinaria agrícola e a outras associações que, por sua vez, deveriam formar federações, confederações, etc. Também os partidos políticos, em vez de politizar as Caixas, deveriam formar células locais dos próprios partidos.

No que se refere às funções restantes, as recomendações à Caixa e à Colônia de Uraim são fáceis e rapidamente resumíveis:

- Ênfase nos serviços públicos e nas reivindicações de recursos para eles. Contrário às esperanças iniciais dos fundadores da Caixa, as expectativas relacionadas às atividades empresariais comunitárias devem ficar reduzidas. Nem o lote agrícola, nem a maquinaria são devidamente utilizados, e isso com certa lógica: Convertidas em "empresas-empresas" com tendência à capitalização fariam não somente concorrência a alguns dos associados, mas também inibiriam a apresentação da Caixa como "pobre" quando reivindica. Dado que a estrutura brasileira de financiamento Estatal para a infra-estrutura e serviços públicos, é mais politizada que tecnocrata, dependente de reivindicações de um lado e promessas em campanhas políticas de outro lado, o papel principal da Caixa é, e continuará sendo, o de "Quase-Associação de Bairro". Isso não quer dizer que as empresas comunitárias não possam ser manejadas com esmero e com o objetivo de pelo menos preservar o seu valor. Mas, mesmo assim, o espaço para o seu desenvolvimento não deve ser superestimado. Se verdadeiramente um interesse marcado de estabelecer empresas comunitárias se articularia na Colônia de Uraim, além do interesse até agora prevalecente de absorver presentes, se recomenda a desvinculação da Caixa, segundo o raciocínio elaborado com relação à comercialização. Pelo menos a contabilidade e a organização do trabalho devem ser separadas da Caixa mesma, e poderia pensar-se em uma regulamentação similar ao arrendamento, de maneira que a pessoa ou o grupo responsável pela empresa comunitária pagaria regularmente uma certa soma à Caixa, possivelmente vinculada a fins específicos, mas ficaria - dentro de certos limites fixados de antemão - livre na sua gerência empresarial e participação nos lucros.

- Titulação dos lotes "urbanos" no "Patrimônio". A tarefa mais urgente, no que se refere às funções da CAPU como "Quase-Prefeitura", é a distribuição e titulação dos lotes na vila e o ordenamento territorial geral (espaço público e lotes privados). Uma vez resolvido o problema da terra

"urbana", diminuirá também o incentivo à mini-grilagem com respeito aos lotes no Patrimônio e se evitará a paralisia da Presidência da Caixa como opção atrativa.

Como resumo geral, pode-se constatar que a Caixa é uma instituição viável que tende a promover o bem comum da Comunidade e dos associados. Precisa, porém, ser protegida contra vários perigos, entre eles ser sobrecarregada com fins além da sua capacidade, ser paralisada por bloqueio mútuo de funções ou por conflitos internos e externos, e finalmente ser politizada e utilizada como instrumento de manipulação por pessoas de dentro ou fora dela. Até hoje, a Caixa Agrícola dos Produtores de Uraim tem sabido defender-se contra esses perigos como também contra a burocratização. Todos os presidentes e os outros membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e todos os associados e moradores de Uraim podem ser felicitados por seu impressionante trabalho nos últimos onze anos. Que surja um novo espírito comunitário inspirado por essa Caixa Mãe dentro e além dos confins de Uraim!

## **Epílogo: As necessidades institucionais de uma comunidade camponesa na Amazônia**

O estudo do caso de Uraim sugere algumas conclusões importantes, embora ainda hipotéticas, quer dizer sujeitas a demais verificações ou falsificações, no que se refere às instituições apropriadas para uma comunidade camponesa ou colônia de pequenos produtores na Amazônia:

1) Parece que é indispensável a reivindicação de recursos e serviços do Estado, já que sem pressão forte e contínua não se realizam as obras de infra-estrutura e os serviços públicos essenciais para a viabilidade de um campesinato numa área de fronteira. A instituição adequada para a função reivindicadora é evidentemente uma associação multifuncional com pessoa jurídica própria, amplamente apoiada na comunidade, mas sem recursos significativos próprios.

2) Igualmente importante é a administração pública para garantir a ordem pública e a autoridade na solução de conflitos. Na história de Uraim não só houve várias vezes a reivindicação ao Município para estabelecer um posto policial na Colônia para proteger os habitantes de ladrões e bêbados de fora, mas também a falta de uma autoridade oficial ao nível local sobrecarregou a Caixa Agrícola várias vezes com deveres além das suas capacidades.

3) Referente à comercialização, tanto no que se refere aos insumos como aos produtos, a conclusão preliminar do estudo sobre Uraim é dupla: a simples sobrevivência dos pequenos produtores é possível sem que eles assumam as funções comercializadoras deixando-as aos negociantes; porém, o avanço econômico ulterior depende basicamente de instituições próprias que capturem a renda (muitas vezes, embora nem sempre) monopolista comercial. Numa comunidade com estrutura social

estratificada a comercialização própria via "empresas" fortes tipo cooperativa é sobretudo interessante para os produtores medianos - sempre dentro do campesinato.

4) A função da extensão agrícola, quer dizer da promoção de novas técnicas, sementes, etc. é evidentemente a mais difícil a cumprir com recursos próprios da comunidade. Os esforços e presentes correspondentes dos agrônomos convertem-se, pela lógica camponesa, mais bem em ativos mortos numa "caixa de poupança" (que servem mais como "âncoras" em conflitos dentro da colônia que como recursos para a promoção agrícola). Ao mesmo tempo, a inexperiência dos colonos imigrantes com o meio ambiente amazônico requer necessariamente um certo apoio técnico para sobreviver e - mais ainda - para progredir.

A lição para uma estratégia de apoio nacional e internacional ao pequeno produtor na Amazônia é bastante clara:

- "guarda-chuva", apoio e "institution-building" para os movimentos e instituições reivindicadoras populares;
- descentralização da administração pública além dos geralmente grandes e extensos municípios;
- incentivos para os maiores produtores no sentido de formar cooperativas, sem transformar as associações reivindicativas em "empresas", e
- abastecimento externo dos camponeses e caboclos com uma extensão agrícola apropriada que se pode reivindicar e que poderia ser descontínua sem fazer maior dano, mas que não deve depender demais de recursos próprios da comunidade.

Por fim, deve-se enfatizar que no mundo moderno o pequeno produtor já não é auto-sustentado, nem se pode falar para ele, de uma economia de "subsistência". Precisa-se de um equilíbrio delicado entre esforço do camponês, apoio público e mercado para viabilizar a economia camponesa na Amazônia. E "last but not least", o aspecto ecológico merece atenção, já que parece que, paralelamente ao manejo inteligentemente ajustado do índio à floresta primária, o gerenciamento do pequeno produtor, no que se refere à floresta secundária ("capoeira") ou "terciária", quer dizer a diversificada exploração agroflorestal tipicamente praticada por ele, não somente é economicamente viável, mas também protege o meio ambiente muito mais do que a exploração em grande escala. Porém, precisa-se mais estudos para verificar essa hipótese da viabilidade ecológica da economia camponesa na Amazônia, já que os 10-20 anos de experiência na pequena Colônia de Uraim evidentemente não podem justificar uma generalização tão abrangente.

## Epílogo à segunda edição

Durante meu sabático no semestre 1992/1993 tive a oportunidade de visitar outra vez a vila de Uraim em abril de 1993. Graças ao apoio do DAAD e da CAPES foi possível passar mais uma vez seis semanas como professor visitante no NAEA e incluir a visita de Uraim nesse período.

Entre 1990, período quando foram feitas as entrevistas e escrito o texto aqui apresentado, e 1993 haviam ocorrido muitas coisas no Brasil em geral e também na Colônia de Uraim, - porém, as mudanças parecem não ser tão substanciais que invalidem os pontos essenciais do texto.

Juntamente com a professora de sociologia no NAEA, Maria Angela D'Incao e o agrônomo "Barbosinha" que já nos havia acompanhado em 1987 e 1990, nos informamos em Uraim sobre o desenvolvimento da Colônia e da "Caixa Agrícola" e participamos numa reunião aberta dos sócios interessados da Caixa no dia 10 de abril 1993.

Hoje os eventos em Uraim podem ser resumidos da seguinte forma:

- A presidência da Caixa fica mais uma vez nas mãos dos pioneiros; depois de "Bolinho" foi "Carlinho" quem assumiu novamente o cargo do Presidente;

- ainda não foram decididas as opções com relação ao tratamento dos "novos" na assembléia dos sócios, nem à titulação dos lotes "urbanos" (em nome da Caixa ou em nome de cada família individual, tomando o status-quo como base ou assumindo uma perspectiva de planificação com critérios diferentes);

- aceitaram o conselho nosso (1990) de institucionalizar as funções monetárias importantes fora da Caixa. Existe agora uma cooperativa de comercialização de pimenta-do-reino que agrupa não somente os produtores maiores de Uraim mas também pequenos produtores de outras Colônias vizinhas;

- nos últimos anos, em Uraim, a extensão ulterior de culturas perenes (árvores de fruta, seringueiras, cacau e outras) é considerável; apesar das más condições econômicas foi possível um volume de investimentos importantes, - tudo autofinanciado pelos camponeses mesmos, sem crédito das instituições financeiros oficiais.

Esse último ponto é importante para a discussão geral sobre a "sustentabilidade" do desenvolvimento na Amazônia, já que, para as zonas desmatadas e muitas vezes degradadas se contrapõem atualmente duas opções fundamentais: reflorestamento/culturas perenes por pequenos produtores ou por latifundiários.

A disponibilidade de financiamento externo para projetos de preservação e de desenvolvimento sustentável na Amazônia agudiza ainda mais o conflito entre as duas estratégias, o que implica também um conflito fundamental de terra.

A questão que se coloca com relação a Uraim é a seguinte: é representativa ou não a experiência deles com respeito à extensão das culturas perenes? A resposta é claro: sim, porque os dados dos censos agropecuários do Pará 1980, 1985 e 1990 confirmam essa tendência como um desenvolvimento geral (Costa 1993, onde alguns dados da pesquisa comum de 1990 em Uraim são elaborados e comparados com os dados do Censo).

Planejamos pesquisas ulteriores sobre Uraim e outros lugares incluindo tanto experiências positivas como negativas de diferentes sistemas de produção com a finalidade de contribuir para a construção de uma base de referência para decisões estratégicas a nível regional, nacional e internacional.

## Referências

ALTVATER, E.: Sachzwang Weltmarkt. Verschuldungskrise, blockierte Industrialisierung, ökologische Gefährdung - der Fall Brasilien. Hamburg 1987.

-----: Bankrott und Zerstörung. Über die wirtschaftlichen Ursachen der Regenwald-Vernichtung in Amazonien, em: Meyer-Peters, H. (org.): Schutz für den Regenwald. Ursachen der Zerstörung und Konzepte zur Rettung. Göttingen 1990.

BARBOSA, B.F.: Experiência camponesa de ruptura com relações técnicas e econômicas tradicionais na Amazônia: o caso de Uraim. Síntese histórica 1969-90. Belém 1990 (manuscrito).

CONCEIÇÃO, Octávio A. C.: Crise e regulação: a metamorfose restauradora da reprodução capitalista, em: Fundação de Economia e Estatística: Ensaio FEE (Porto Alegre), Ano 8, No. 1, 1987, pp. 155-174.

COSTA, F. de A.: Amazonien - Bauern, Märkte und Kapitalakkumulation. Entstehung und Entwicklung der Strukturen kleinbäuerlicher Produktionen im brasilianischen Amazonasgebiet. Saarbrücken-Fort Lauderdale 1989.

-----: O desenvolvimento agrícola dos anos oitenta no Estado de Pará e suas fontes de financiamento, Belém 1993 (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, da Universidade Federal do Pará, UFPa, Paper No. 7)

ERLER, B.: Tödliche Hilfe. Bericht von meiner letzten Dienstreise in Sachen Entwicklungshilfe. Freiburg 1985.

HURTIENNE, Th.: Entwicklungen und Verwicklungen - methodische und entwicklungstheoretische Probleme des Regulationsansatzes, em: Mahnkopf, B. (org.): Der gewendete Kapitalismus. Kritische Beiträge zur Theorie der Regulation. Münster 1988, pp. 182-224.

HURTIENNE, Th.; Nitsch, M.: O quadro político e econômico do desenvolvimento e subdesenvolvimento na Amazônia, em: Kohlhepp, G.; Schrader, A. (org.): Homem e natureza na Amazônia. Simpósio internacional e interdisciplinar, Blaubeuren 1986. Tübingen: Geographisches Institut der Universität Tübingen, 1987, pp. 143-157

KRAHNEN, J.P./Nitsch, M.: Kredit und informeller Sektor. Theoretische und empirische Überlegungen zur Konstruktion eines angepaßten Kreditprogramms. Frankfurt-Berlin 1987.

LUHMANN, Niklas: Ökologische Kommunikation. Kann die moderne Gesellschaft sich auf ökologische Gefährdungen einstellen? 2. Aufl., Opladen 1988; English translation: Ecological Communication, Chicago 1989.

NITSCH, M.: "Tödliche Hilfe"? Zur Modifikation der Außenwirtschafts- und Entwicklungstheorie durch die Einbeziehung des Verhaltens von Entwicklungsbürokratien, em: Schmid-Schönbein, Th. et al. (org.): Entwicklungsländer und Weltmarkt. Jahrbuch 4 Ökonomie und Gesellschaft. Frankfurt/M. 1986, pp. 69-111.

-----: Vom Nutzen des institutionalistischen Ansatzes für die Entwicklungsökonomie, em: Körner, H. (org.): Zur Analyse von Institutionen im Entwicklungsprozeß und in der internationalen Entwicklungszusammenarbeit. Berlin 1989a, pp. 37-50; English translation: Reflections on the Usefulness of the Institutional Approach to Development Economics, em: Economics (Tübingen), Vol. 42, December 1990, pp. 106-118.

-----: Die Rolle der internen politisch-administrativen Strukturen und der externen Geldgeber bei der Zerstörung tropischer Wälder. Der Fall des brasilianischen Amazoniens, em: Bähr, J./Corves, C./Noodt, W. (org.): Die Bedrohung tropischer Wälder. Ursachen, Auswirkungen, Schutzkonzepte. Kiel 1989b, pp. 63-85; tradução portuguesa: O papel das estruturas político-administrativas internas e dos financiadores externos na destruição das florestas tropicais - o caso da Amazônia brasileira (manuscrito).

-----: Kleinbauern in Amazonien: Das Erfolgsrezept von Uraim, em: Calcagnotto, G. (org.): Nachhaltige Entwicklung in Amazonien: Konzept und Wirklichkeit, Lateinamerika, Analysen, Daten, Dokumentation (Hamburgo), Vol. 19, 1992, pp. 55-64

TORRES, H. A. F./Reis, M. de N. F.: Ensaio sobre o processo para formação de Caixas Agrícolas. Belém: Secretaria de Estado de Agricultura, 1980.

VÄTH, W. (org.): Political Regulation in The "Great Crisis". Berlin 1989.

*Tabela 1: Relação das Diretorias da Caixa Agrícola dos Produtores de Uraim 1979-90*

Período	Diretoria	Conselho Fiscal	
		Efetivos	Suplentes
14.11.1979 a 31.12.1981	P.Antônio Leandro da Silva (Tote) V.P.José Carlos Perreira S.Raimundo Campos de Araújo	Antônio Jorge Lira Manoel Eduviges Correira Jessé Bernardes	José Perreira das Chagas Raimundo Nonato Nogueira Raimundo Ferreira de Almeida
23.05.1981	Substituição do Presidente P.José Carlos Pereira (Carlinho)	Substituição de Jesse Bernardes pelo 1º suplente	
1982 a 31.12.1983	P.José Carlos Pereira (Carlinho) V.P.Raimundo Campos de Araújo S.Raimundo Soares da Conceição T.Angélica Castanheide Soares	Antônio Leandro da Silva Arlindo Pontes João Paulo Prestes	Pedro Ayres da Silva Benedito Martins Neto
1984 a 31.12.1985	P.Manoel Eduviges Correira(Duquinho) V.P.José Carlos Pereira Filho S.Maria das Dores Sabino Pereira T.José Maria Oliveira	Pedro Paulo Corrêa Antônio Leandro da Silva Raimundo Soares Conceição	Dionísio Ferreira Franco Joaquim Cesário da Costa Francisco Tomé de Freitas
1986 a 31.12.1987	P.Raimundo Nonato Nogueira (Bolinho) V.P.Francisco Cardoso Silva S.Antônio Jorge Lira T.Joaquim Pinheiro Feitosa	Lourival Souza Cruz Jesse Bernardes Francisco Gomes da Silva	Eduardo Domingos da Silva Antônio Ferreira de Souza Altino Pontes Neves

1988	P.Raimundo Campo de Araújo (Mundico)	José Carlos Pereira	Zuleida Ferreira dos Santos
a	V.P.Dionísio Ferreira Franco	Raimundo Soares Conceição	Pedro Soares da Conceição
31.12.1989	S.José Maria Oliveira	Francisco Cardoso da Silva	José Soares da Conceição
	T.Maria das Dores Sabino Pereira		
1990	P.Antônio Jorge Lira(não toma posse)	Antônio Alves da Silva	Raimundo Nonato da Silva
a	V.P.P. João Batista Noberto		Eduardo Domingos da Silva
31.12.1991	S.José Maria Oliveira		Antônio Leandro da Silva
	T.José Carlos Pereira		
	Substituição do Presidente	Antônio Alves da Silva	Eduardo Domingos da Silva
09.06.1990	P. Raimundo Nonato Nogueira (Bolinho)	Raimundo Nonato da Silva	Antônio Leandro da Silva
		Manoel Soares do Nascimento	

Fonte: Livro da Ata das reuniões

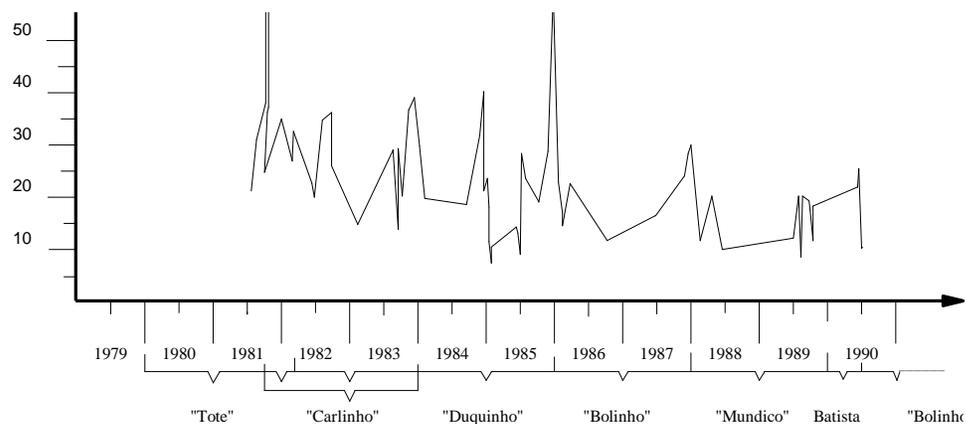
*Tabela 2: Número de associados 1980/83/90*

Data	Número Registrado	Habitante outra colônia/cidade	Faleceu	Mudou	Total na Colônia Uraim 1990
12/1980	91	17	7	25	42
12/1983	24 (adicionais)	5	1	6	12
Total	115	22	8	31	54

Fontes: Registro de Associados - Informação oral de vários habitantes de Uraim, Julho de 1990

Obs.: A categoria "Total na Colônia de Uraim 1990" inclui 8 casos incertos.

*Figura 1: Presença nas reuniões da Assembléia da Caixa Agrícola dos Produtores de Uraim 1981-90*

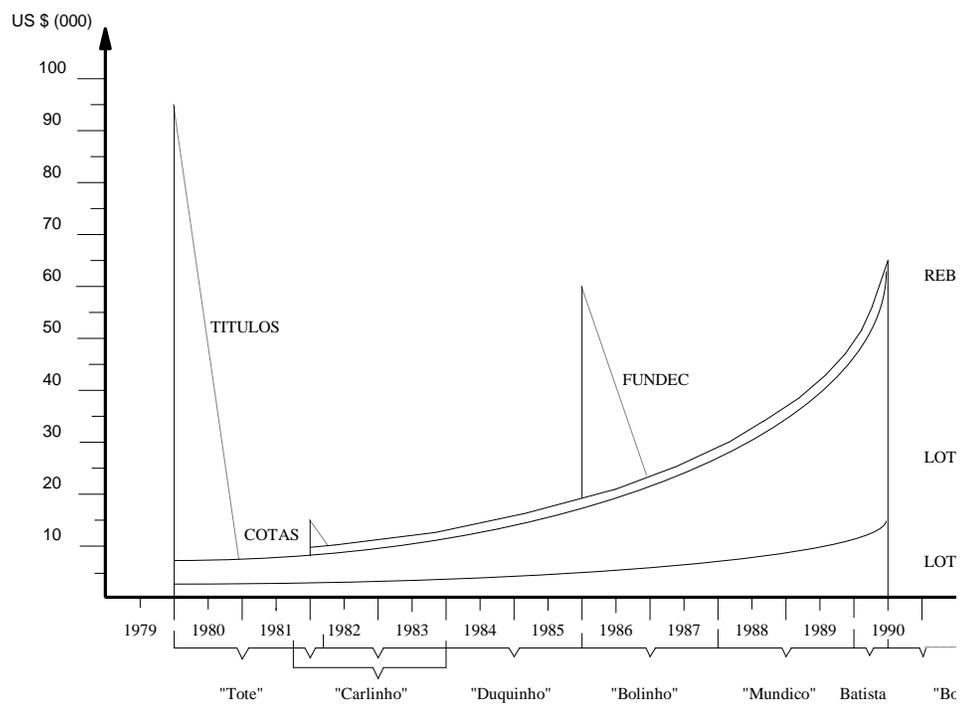


Fonte: Livros de presença.

Observações: - 1979-81 - sem documentos.

- 19.06.1988 - reunião com outras comunidades (82 participantes) (não incluída).

Figura 2: Valores econômicos à disposição da Caixa Agrícola dos Produtores de Uraim 1970-90 em US\$ de 1980



Fontes: Entrevistas próprias.  
FMI: Intern. Financial Statistics, July 1990, Yearbook 1988 (para a conversão dos valores correntes em US\$ de 19

*Figura 3: Sinopse de funções e problemas da Caixa e estratégias recomendadas*

*Figura 4: Caixas agrícolas locais e associações funcionais*

Anexo II: Estatuto Social da Caixa Agrícola da Colônia de Uraim

CAIXA AGRÍCOLA DA COLÔNIA DE URAIM

C. A. C. U.

ESTATUTO SOCIAL

SEDE: COLÔNIA URAIM

12 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO

PARAGOMINAS - PARÁ

PARAGOMINAS - PARÁ

- 1979 -

CAIXA AGRÍCOLA DA COLÔNIA DE URAIM

C. A. C. U.

ESTATUTO SOCIAL

APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL

REALIZADA NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 1979

PARAGOMINAS - PARÁ

- 1979 -

CAIXA AGRÍCOLA DA COLÔNIA DE URAIM APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL,  
NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 1979.

### CAPÍTULO I

#### DA SEDE FORO E OBJETIVOS

Art. 1º-A Caixa Agrícola da Colônia de Uraim, com a Sigla C.A.C.U. rege-se pelo presente estatuto.

a)-Sede e Administração na Colônia de Uraim (Paragominas) à 12 Km da Sede do Município no Estado do Pará - Belém.

b)-Foro Jurídico na Comarca de Paragominas.

c)-Área de ação para efeito de admissão de associados circunscrita principalmente à Colônia de Uraim, e as demais pertencentes ao município de Paragominas.

d)-Prazo de duração indeterminado e ano social compreendendo de 1º de Janeiro à 31 de dezembro.

### CAPÍTULO II

#### DA INSTITUIÇÃO E SEUS FINS

Art. 2º-Da Instituição e seus fins:

a)-Gerar rendimento que permitam aos seus associados a sua automanutenção e melhoria de seu padrão de vida, através da administração e exploração da área da Colônia para fins agropecuários.

b)-Promover a exploração direta de culturas de alta rentabilidade, visando aplicar seus resultados em atividades e bens úteis a comunidade.

c)-Atuar junto as instituições oficiais e particulares, pleiteando a obtenção de recursos para aplicação em suas atividades econômicas e Sociais.

Art. 3º-Explorar direta ou indiretamente atividades industriais e comerciais visando obter maiores rendimentos.

§§ 1º-A Caixa efetua suas operaçõessem qualquer finalidade lucrativa própria.

### CAPÍTULO III

#### DOS ASSOCIADOS

Art.4º-Poderão associar-se todos aqueles que concordarem com o presente Estatuto e exerçam que interessam a C.A.C.U.

Art. 5º-SÃO DIRETOS DOS ASSCIADOS:

- a)-Tomar parte nas Assembléias Gerais discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados.
- b)-Participar de todas as atividades desenvolvidas pela C.A.C.U., desde que se submeta as normas estabelecidas pela Caixa.
- c)-Examinar na Sede Social, em qualquer tempo, os registros contábeis e administrativos da C.A.C.U.
- d)-Solicitar esclarecimento sobre as atividades da C.A.C.U., podendo ainda dentro do mês que antecede a Assembléia Ordinária consultar na Sede, o balanço geral dos livros contábeis.
- e)-Votar e ser votado.
- f) -Demitir-se da Sociedade quando lhe convier.
- g) -Convocar Assembléia juntamente com 20% dos associados quites na Caixa.

Art. 6º-Realizar atividades culturais e recreativas desde que venha promover a grupulização da comunidade.

#### Art. 7º-SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS

- a)-Zelar pelo patrimônio moral e material da Caixa, colocando os interêsses da coletividade acima dos interêsses individuais.
- b)-Executar as atividades agrícolas conforme orientação dos técnicos atuantes na área.
- c)-Entregar toda a produção para a C.A.C.U. que procederá a comercialização.
- d)-Subscrever e realizar as cotas-partes do capital nos termos desde Estatuto e contribuir com as taxas do serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos, inclusive a jóia de admissão.

§§ 1º-De acordo com as disponibilidades da caixa, Diretoria poderá efetuar adiantamente sobre a comercialização a ser feita.

### CAPÍTULO IV

#### DA DEMISSÃO ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art.8º-A demissão do associado que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida ao Presidente, sendo por este levanda ao conselho de administração em sua primeira reunião e registrada em ata.

Art. 9º-A eliminação do associado que será aplicada em virtude da infração deste Estatuto, será feita por decisão do conselho de administração depois do reiterada a notificação ao infrator. Os motivos que a determinaram deverão constar de termo lavrado em ATA do conselho de administração.

1º-Além de outros motivos, o conselho de administração deverá eliminar o associado que:

a)-Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Caixa ou que colida com seus objetivos.

b)-Houver levado a Caixa a prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por êle contraída.

c)-Depois de notificando, voltar a infringir a disposição deste Estatuto, das resoluções ou deliberação da Caixa.

Art. 10º-A exclusão do associado será feita:

a)-Por dissolução da pessoa física.

b)-Por morto da pessoa física.

Art. 11º-Em qualquer caso: como nos de demissão, eliminação ou exclusão, a associado só terá direito a restituição do capital que integralizou e das sobras que lhe tiverem sido registradas.

§1º-A administração da Caixa poderá determinar que a restituição desse capital, seja feita em parcelas iguais e mensais, a partir do exercício financeiro que se seguir ao que se deu o desligamento.

§2º-A restituição de que trata este artigo, somente poderá ser exercida depois de aprovado pela Assembléia Geral, o balanço do exercício em que o associado tenha sido desligado da caixa.

§3º-Os deveres dos associados perduram para os demitidos, eliminados ou excluídos até que sejam aprovados pela Assembléia Geral as contas do exercício em que o associado deixou de fazer parte da sociedade.

## CAPÍTULO V

### DO CAPITAL

Art. 12º-O Capital da C.A.C.U. é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme e número de cotas-partes subscritas, não podendo ser inferior a CR \$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Cruzeiros).

- a)-O Capital é dividido em cotas-partes no valor de CR\$ 100,00 (Cem Cruzeiros) cada um.
- b)-O associado obriga-se a subscrever no mínimo 50 cotas-partes.
- c)-O associado pode integralizar as suas cotas, de uma só vez ou em prestações dentro do prazo máximo de 20 meses.

## CAPÍTULO VI

### DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 13º-A Assembléia Geral dos associados que poderá ser ordinária é o órgão supremo da C.A.C.U., tendo poderes dentro dos limites da lei e deste Estatuto para tomar toa e qualquer decisão de interesse da sociedade.

a)-As Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 15 dias para a primeira convocação, de uma hora para a segunda e de mais de uma hora para a terceira.

b)-Para a primeira convocação será exigido 2/3 dos associados presentes, para a segunda convocação metade mais um e para a terceira, um mínimo de 10 associados presentes.

c)-As três convocações serão feitas num único Edital, desde que dela constem expressamente os prazos para cada uma delas.

d)-Os editais de convocação das Assembléias Gerais, deverão conter: o dia e a hora de cada convocação, o local de sua realização, o nº de associados existentes, a ordem do dia, data e assinatura de quem convocou a reunião.

e)-Não poderá participar da Assembléia Geral o associado que tenha ssido admitido após sua convocação.

f)-Os trahalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo presidente, auxiliado pelo Secretário da Caixa.

g)-As Assembléias Ordinárias reúnem-se duas vezes ao ano; uma no mês de fevereiro outra no mês de agosto, para discutir o relatório e prestação de conta da diretoria, tomar conhecimento dos pareceres do conselho fiscal e tratar de outros assuntos da C.A.C.U.

h)-As Assembléias Extraordinárias reúnem-se sempre que for necessário e tem poderes para deliberar sobre, qualquer assunto de interesse da C.A.C.U. desde que conste Edital de convocação.

Art. 14º-É de competência das Assembléias Gerais Extraordinárias deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a)-Reforma da Estatuto
- b)-Fusão ou incorporação
- c)-Mudança de objetivo
- d)-Dissolução

Art. 15º-Nas Assembléias Gerais que forem discutidos balanço e contas, o presidente da caixa logo após a leitura do relatório e das peças contábeis suspenderá os trabalhos e convidará o plenário a indicar um associado para dirigir os debates e balanço da matéria.

a)-O que ocorrer na Assembléia deverá constar na ATA em livro próprio, lido, aprovado e assinado no final dos trabalhos pela diretoria, por uma comissão de 10 associados designados pela Assembléia e por todos aqueles que queiram fazer.

## CAPÍTULO VII

### DA DIRETORIA

Art. 16º-A Diretoria da Caixa Agrícola de Uraim, será composta dos seguintes membros que compõem o conselho administrativo:

Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, e três membros efetivos e três suplentes do conselho fiscal, todos eleitos pela Assembléia Geral para o mandato de dois anos.

a)-É obrigado a renovação de no mínimo 1/3 do conselho de Administração.

b)-A Diretoria eleita ou reeleita é concedida ampla liberdade de ação dentro dos dispositivos deste Estatuto.

c)-Todos os cargos em qualquer dos Departamentos serão exercidos com remuneração módica, sendo que os membros do conselho fiscal efetivos e suplentes receberão por reunião comparecida.

d)-A Diretoria reúnem-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário pro convocação do presidente e solicitação do conselho fiscal.

e)-Os membros da Diretoria e do conselho fiscal não poderão ter laços de parentesco até segundo grau em, linha reta ou colateral.

Art. 17º-Cabe ao Presidente, entre outras, as seguintes atribuições:

a)-Supervisionar as atividades da C.A.C.U. através de contatos assíduos com os demais membros da Diretoria.

b)-Assinar conjuntamente com, O Secretário contratos e demais documentos constitutivos de obrigações.

c)-Convocar e presidir as reuniões da Diretoria bem como as Assembléias Gerais dos associados.

d)-Apresentar à Assembléia Geral Ordinária o relatório do ano Social, Balanços, contas e parecer do conselho fiscal, be como os planos de trabalho para o ano seguinte.

e)-Representar a C.A.C.U. em juízo ou fora dela.

f)-Assinar conjuntamente com o tesoureiro, cheques bancários emitidos pela C.A.C.U.

g)-Dar o voto de desmepate.

Art. 18º-Ao Vice-Presidente cabe interessar-se permanentemente pelo trabalho do Presidente substituindo nos seus impedimentos inferiores a 90 dias.

a)-Assessorar o Presidente nas atividades da Caixa.

Art. 19º-Ao Secretário cabe, entre outras as seguintes atribuições:

a)-Secretariar e lavrar atas das reuniões da diretoria e das Assembléias Gerais, responsabilizando-se por livros documentos e arquivos.

b)-Assinar conjuntamente com o presidente os contratos e demais movimentos constitutivos de obrigações.

c)-Responsabilizar-se pelo serviço informativo da caixa, redigindo e divulgando os noticiários para conhecimento dos associados.

Art. 20º-Os integrantes da Diretoria, não são pessoalmente responsáveis pelos compromissos que assumirem em nome da C.A.C.U., mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes dos seus atos por dolo ou culpa.

§§1º-A caixa responderá pelos atos a que se refere o artigo anterior, se houver ratificado ou deles logrado proveito.

Art. 21º-Os serviços de contabilidade serão organizados de acordo com as normas gerais de contabilidade, cabendo ao tesoureiro os seguintes encargos:

a)-Assessorar o Presidente em todos os assuntos de naturezas contabil.

b)-Manter sempre em dias os serviços da contabilidade da C.A.C.U.

c)-Levantar mensalmente o balanço demonstrativo.

d)-Responsabilizar-se pelo exame aritmético dos documentos, submetidos a registro na contabilidade.

e)-Responsabilizar-se pela guarda de livros e documentos relacionados com a contabilidade.